



Esta reunião de trabalhos sobre a boa-fé tem por objetivo apresentar as dificuldades de sua delimitação conceitual e aplicação na teoria geral do direito privado, no campo do direito obrigacional e dos contratos, num intenso diálogo com os microsistemas jurídicos, além de ressaltar a aplicação do instituto no campo do direito de família e das sucessões. Trata-se de obra fundamental para compreender o instituto e suas funções, permitindo ao leitor perceber que não se deve empregar o conceito como mero reforço semântico sem a adequada densificação. Os artigos, através da perspectiva de pesquisadores, advogados e magistrados, contextualizam sua aplicação a problemas contemporâneos, analisando criticamente doutrina e jurisprudência, propiciando uma reflexão sobre a expansão da utilização da boa-fé no cenário nacional.

(...) A boa-fé, no direito civil brasileiro, teve altos e baixos. Durante o longo período do predomínio do liberalismo individualista, tanto no Brasil quanto nos países do sistema jurídico romano-germânico, a boa-fé foi confinada a espaços menores pela legislação civil ante a ideologia triunfante que a via como porta aberta à intervenção do Estado-Juiz nas relações privadas, especialmente nos negócios jurídicos. (...) A importância atual da boa-fé agigantou-se de tal modo que há risco de se converter, na concepção de alguns, em macroprincípio que absorveria os demais princípios do direito civil, especialmente no âmbito das obrigações civis. No que concerne aos princípios sociais dos contratos, por exemplo, deve-se evitar que a função social e a equivalência material sejam entendidas como expressões específicas da boa-fé, e não como princípios autônomos e justapostos. Afastadas a absorção ou a subalternidade dos demais princípios, deve-se compreendê-los e aplicá-los de modo harmonizado, dado a que não há hierarquia entre eles, até mesmo quando situações concretas os levem à colisão.

Paulo Luiz Netto Lôbo

Autores

Fabíola Albuquerque Lobo
Marcos Ehrhardt Júnior
Rodolfo Pamplona Filho

BOA-FÉ E SUA APLICAÇÃO NO DIREITO BRASILEIRO

Área específica
Direito Civil.

Áreas afins
Direito Empresarial, Direito do Consumidor.

Público-alvo/consumidores

Estudantes de graduação dos últimos três semestres (o livro servirá como bibliografia para os trabalhos de conclusão de curso), alunos de cursos de especialização em direito civil e empresarial, especialmente aqueles com ênfase em contratos), bem como alunos de mestrado/doutorado, já que os organizadores e alguns autores incluirão a obra nas bibliografias básicas de suas respectivas disciplinas. Em Alagoas e Pernambuco a partir do lançamento, o livro fará parte da bibliografia que consta no edital de preparação dos cursos de mestrado e doutorado.

FORMATO: 14,5 X 21,5 cm
CÓDIGO: 10001172

B662 Boa-fé e sua aplicação no Direito brasileiro/ Fabíola Albuquerque Lôbo, Marcos Ehrhardt Júnior, Rodolfo Pamplona Filho (Coord.).– Belo Horizonte : Fórum, 2017.

398 p.
ISBN 978-85-450-0270-3

1. Direito Civil. 2. Direito Empresarial. 3. Direito do Consumidor. I. Lôbo, Fabíola Albuquerque. II. Ehrhardt Júnior, Marcos. III. Pamplona Filho, Rodolfo. IV. Título.

CDD 342.1
CDU 347

Informação bibliográfica deste livro, conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT):

LOBO, Fabíola Albuquerque; EHRHARDT JÚNIOR, Marcos; PAMPLONA FILHO, Rodolfo (Coord.). Boa-fé e sua aplicação no Direito brasileiro. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 398 p. ISBN 978-85-450-0270-3.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 11

PARTE I

O PROBLEMA DA DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DA BOA-FÉ NO ORDENAMENTO BRASILEIRO

CAPÍTULO 1

BOA-FÉ NO DIREITO CIVIL: DO PRINCÍPIO JURÍDICO AO DEVER GERAL DE CONDUTA

Paulo Lôbo	15
1.1 Trajetória da afirmação da boa-fé no direito civil brasileiro.....	15
1.2 A boa-fé como princípio jurídico, e não cláusula geral ou conceito indeterminado	17
1.3 A incidência da boa-fé nos direitos das pessoas, dos negócios jurídicos, das famílias, das obrigações, dos contratos, das coisas e das sucessões	19
1.4 A boa-fé como dever geral de conduta	21
1.5 Deveres gerais de conduta de boa-fé antes e após a execução dos negócios jurídicos.....	24
1.6 Aplicações específicas da boa-fé	25
1.6.1 Dever de não agir contra o ato próprio.....	25
1.6.2 Boa-fé e dever de informar.....	27
Referências.....	30

CAPÍTULO 2

DELIMITAÇÃO CONCEITUAL DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

Rodolfo Pamplona Filho	31
2.1 A boa-fé como um princípio jurídico	31
2.2 Boa-fé objetiva e boa-fé subjetiva.....	33
2.3 Compreendendo o princípio da boa-fé objetiva	35
2.4 Funções da boa-fé objetiva.....	37
2.4.1 Função interpretativa e de colmatação.....	37
2.4.2 Função criadora de deveres jurídicos anexos ou de proteção	39
2.4.2.1 Deveres de lealdade e confiança recíprocas	39
2.4.2.2 Dever de assistência.....	41
2.4.2.3 Dever de informação.....	42
2.4.2.4 Dever de sigilo ou confidencialidade	44
2.4.3 Função delimitadora do exercício de direitos subjetivos.....	44

2.5	A boa-fé objetiva e o art. 422 do Código Civil brasileiro	45
2.6	Desdobramentos da boa-fé objetiva	50
2.6.1	<i>Venire contra factum proprium</i>	51
2.6.2	<i>Supressio</i>	53
2.6.3	<i>Surrectio</i>	54
2.6.4	<i>Tu quoque</i>	54
2.6.5	<i>Exceptio doli</i>	55
2.6.6	Inalegabilidade das nulidades formais	56
2.6.7	Desequilíbrio no exercício jurídico	57
2.6.8	Cláusula de <i>Stoppel</i>	57
	Referências.....	58

CAPÍTULO 3

A BOA-FÉ COMO LIMITADORA DA AUTONOMIA PRIVADA NO EXERCÍCIO DA DISPONIBILIDADE DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE

Maria Carla Moutinho Nery	61	
3.1	Introdução	61
3.2	O princípio da boa-fé como limitador da autonomia privada.....	62
3.2.1	O princípio da autonomia privada	64
3.2.2	A disponibilidade dos direitos da personalidade e a boa-fé	66
3.3	Conclusão	72
	Referências.....	72

PARTE II

REFLEXOS DA BOA-FÉ NO CAMPO OBRIGACIONAL

CAPÍTULO 4

INSUFICIÊNCIA DA TEORIA ECONÔMICA DO CONTRATO COMO INSTRUMENTO PARA DELIMITAÇÃO DO CONTEÚDO DA BOA-FÉ OBJETIVA

Geraldo Frazão de Aquino Jr.	79	
4.1	Considerações iniciais.....	79
4.2	Racionalidade econômica no domínio contratual	80
4.3	Análise econômica do direito e o fenômeno jurídico.....	85
4.4	A análise econômica do direito e a boa-fé	94
4.5	Crítica à análise econômica do direito	96
4.6	Considerações finais	101
	Referências.....	103

CAPÍTULO 5

CONTRATOS EXISTENCIAIS, DE LUCRO E HÍBRIDOS ENTRE A TEORIA DA CAUSA OBJETIVA E A BOA-FÉ

Raphael Fraemam Braga Viana	105	
5.1	Prolegômenos	105
5.2	A crise no modelo solidarista de contrato	106
5.3	Instabilidades na taxonomia da classificação contratual no direito privado.....	113
5.4	A ideia da operação econômica no direito contratual e a classificação de Antônio Junqueira de Azevedo.....	115
5.5	A importância da finalidade na celebração dos negócios jurídicos	118
5.6	A utilização das ferramentas da teoria da causa objetiva para determinar a finalidade do negócio jurídico	119
5.7	Considerações iniciais acerca da boa-fé objetiva	125
5.8	A boa-fé objetiva nos contratos existenciais	126
5.9	A boa-fé objetiva nos contratos de lucro.....	128
5.10	A boa-fé objetiva nos contratos híbridos	130
5.11	Considerações finais	132
	Referências.....	133

CAPÍTULO 6

OS VÍCIOS DE DESCONFORMIDADE E O INADIMPLEMENTO CONTRATUAL DECORRENTE DA VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

Fabiola Albuquerque Lobo, Cora Cristina Ramos Barros Costa	137	
6.1	Introdução	137
6.2	O princípio da boa-fé e os deveres gerais de conduta	139
6.3	Princípio da informação no CDC.....	142
6.4	Espécies de responsabilidade civil no CDC e a teoria da qualidade	144
6.5	Responsabilidade por vícios de desconformidade	145

6.6	Exemplos de julgados sobre vício de desconformidade	147
6.7	Conclusão	152
	Referências.....	153

CAPÍTULO 7
REDUÇÃO DA INDENIZAÇÃO PELA VIOLAÇÃO DA BOA-FÉ
POR PARTE DA VÍTIMA

Everilda Brandão Guilhermino	155
7.1 Da responsabilidade civil ao direito de danos.....	155
7.2 A boa-fé como dever jurídico na mitigação de danos.....	158
7.3 A funcionalização da responsabilidade civil.....	160
7.4 O abuso de direito pela vítima de danos e a redução do <i>quantum debeat</i>	163
Referências.....	168

PARTE III
BOA-FÉ E SUA UTILIZAÇÃO NO DIREITO
DAS FAMÍLIAS E SUCESSÕES

CAPÍTULO 8
A VULGARIZAÇÃO NA UTILIZAÇÃO DOS PRINCÍPIOS E
A SUBJETIVAÇÃO DO DIREITO CIVIL: UM RECORTE SOBRE
A APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ NO DIREITO DE
FAMÍLIA

Dimitre Braga Soares de Carvalho	173
8.1 Introdução	173
8.2 Do desvirtuamento da utilização dos princípios no direito de família	174
8.3 A configuração do princípio da boa-fé no direito de família: aspectos materiais e processuais	180
8.4 A vulgarização da utilização do princípio da boa-fé e o decisionismo judicial no direito de família	184
8.5 A convivência (nem sempre pacífica) do objetivismo da norma codificada e o subjetivismo da interpretação dos magistrados: a versão brasileira.....	186
8.6 Conclusão	190
Referências.....	190

CAPÍTULO 9
A PLASTICIDADE DA BOA-FÉ NO CONCUBINATO

Luciana Brasileiro	193
Referências.....	201

CAPÍTULO 10
FILIAÇÃO: NATUREZA JURÍDICA, AUTONOMIA E BOA-FÉ

Maria Rita Holanda	203
10.1 A natureza jurídica da filiação no sistema jurídico brasileiro	203
10.2 Princípios constitucionais incidentes	208
10.3 Autonomia da vontade, autonomia privada, autonomia existencial/autodeterminação e as dimensões do planejamento familiar.....	219
10.4 Boa-fé subjetiva e a boa-fé objetiva nas relações parentais	223
10.5 Conclusão	225
Referências.....	226

CAPÍTULO 11
O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA NO RECONHECIMENTO
DOS FILHOS E A OMISSÃO DA VERDADE BIOLÓGICA

Camila Buarque Cabral, Karina Barbosa Franco	229
11.1 Introdução	229
11.2 A boa-fé objetiva no direito de família.....	231
11.2.1 A boa-fé objetiva e a tutela da confiança: proibição do comportamento contraditório (<i>venire contra factum proprium</i>).....	235
11.2.2 A boa-fé e a omissão da paternidade biológica	238
11.2.3 O abuso de direito por violação à boa-fé objetiva e o dever de indenizar	241
11.3 Análise dos julgados do STJ	245
11.4 Conclusão	247
Referências.....	248

CAPÍTULO 12
A APLICABILIDADE DA TEORIA DO ADIMPLENTO
SUBSTANCIAL EM MATÉRIA DE DÍVIDA ALIMENTAR
E O PRINCÍPIO DA BOA-FÉ

Edmilson Cruz Júnior	251
12.1 Introdução	251
12.2 A prestação alimentar	252
12.2.1 Definição	252
12.2.2 Prisão civil	255
12.2.3 A ação de execução de alimentos.....	256
12.2.4 A prisão civil diante do pagamento parcial	258
12.3 O princípio da boa-fé e a teoria do adimplemento substancial.....	259
12.3.1 A teoria do adimplemento substancial no STJ.....	260
12.3.2 A aplicação da teoria do adimplemento substancial na execução de alimentos	264
12.3.3 O adimplemento substancial e a prisão civil.....	265
12.4 Um critério de segurança jurídica.....	269
12.5 Considerações finais	271
Referências.....	272

CAPÍTULO 13

REFLEXÕES ACERCA DA APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ OBJETIVA EM MATÉRIA DE INDIGNIDADE SUCESSÓRIA

Patrícia Ferreira Rocha	275
13.1 Introdução	275
13.2 A delimitação do conceito de boa-fé objetiva.....	276
13.3 Direito das sucessões	278
13.4 A indignidade sucessória.....	280
13.5 Aplicação do princípio da boa-fé objetiva à indignidade sucessória.....	285
13.6 Conclusão	290
Referências.....	291

PARTE IV

DIÁLOGOS DA BOA-FÉ COM MICROSSISTEMAS: A EXPANSÃO DE SUA UTILIZAÇÃO

CAPÍTULO 14

A BOA-FÉ NAS RELAÇÕES DE CONSUMO: INFORMAÇÃO E DEFESA DO CONTRATANTE VULNERÁVEL NAS SITUAÇÕES DE SUPERENDIVIDAMENTO

Gustavo Henrique Baptista Andrade	297
14.1 Introdução	297
14.2 Direito civil e direito do consumidor: uma interlocução necessária.....	300
14.3 Princípios liberais e sociais do contrato	304
14.4 A boa-fé nas relações de consumo	309
14.5 Dever geral de informação.....	311
14.6 A boa-fé nas situações de superendividamento do consumidor ...	316
14.7 Síntese conclusiva.....	318
Referências.....	319

CAPÍTULO 15

A BOA-FÉ E SUA REPERCUSSÃO DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL NOS CONTRATOS DE SEGUROS INTEREMPRESARIAIS

Danilo Rafael da Silva Mergulhão, José Claudio Oliveira Mergulhão Júnior	323
15.1 Os contratos de seguro e a boa-fé	323
15.2 Função social dos contratos de seguro.....	326
15.3 A aplicação do adimplemento substancial nos contratos de seguro pelos tribunais brasileiros com fundamento na boa-fé objetiva.....	332
15.4 Conclusões.....	338
Referências.....	341

CAPÍTULO 16

CONVOCAÇÃO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL EM FALÊNCIA: UMA ANÁLISE SOB A LUZ DO PRINCÍPIO DA BOA-FÉ E DA TEORIA DO ADIMPLEMENTO SUBSTANCIAL

José Barros Correia Junior, Paula Falcão Albuquerque	345
16.1 Introdução	345
16.2 Recuperação judicial e a convocação em falência por descumprimento do plano.....	348

16.3	Teoria do adimplemento substancial	352
16.4	O descumprimento do plano de recuperação judicial, boa-fé e a teoria do adimplemento substancial como meio de obstaculizar a convolação em falência.....	357
16.5	Considerações finais	364
	Referências.....	365

CAPÍTULO 17

BOA-FÉ OBJETIVA OU PROTEÇÃO À CONFIANÇA?
 QUAL PRINCÍPIO APLICAR NAS RELAÇÕES ENTRE O
 ESTADO E O PARTICULAR TUTELADAS PELO DIREITO
 ADMINISTRATIVO

Danilo Moura Lacerda, Marcos Ehrhardt Júnior	367	
17.1	Introdução	367
17.2	As funções da boa-fé objetiva e seu efeito expansivo	369
17.3	O princípio da proteção da confiança legítima	376
17.4	Cotejo entre posições doutrinárias divergentes.....	381
17.5	Hipóteses de aplicabilidade da boa-fé objetiva à Administração Pública.....	386
17.6	Conclusão	391
	Referências	392
SOBRE OS AUTORES		395